

Literatura e História.

Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos



LIGIA
CHIAPPINI

Universidade
de São Paulo

Resumo

Os especialistas em literatura e em história estabeleceram nova área comum de trabalho, na qual se entrelaçam habilidades de ambas as disciplinas, além de outras, como a antropologia e a sociologia. Neste artigo, observam-se as possibilidades criadas com as contribuições de parte a parte e adverte-se quanto às generalizações fundamentadas nas especificidades de cada um daqueles campos de estudos.

Abstract

Literature and history experts have established a new common work field, in which abilities from both disciplines are entwined, as well as those of other disciplines, such as anthropology and sociology. In this article, the possibilities created with their mutual contributions are observed and a warning is made as to the generalizations founded on the specificities of each of those fields of study.

Palavras-chave

História; ficção;
divergências;
convergências.

Keywords

History; fiction;
divergences;
convergences.

Il est plus aisé de dire des choses nouvelles
que de concilier celles qui ont été dites.
VAUVENARGUES

O interesse dos historiadores pelos textos literários e pelo testemunho que estes podem dar do passado não é recente. Da mesma forma, o interesse dos estudiosos da literatura pela historiografia como instrumento de apoio no traçado dos contextos em que se inserem e aos quais aludem os textos literários também é antigo. Hoje, porém, esse interesse recíproco se reveste de características um pouco distintas. Os historiadores passam a utilizar os textos literários não como fontes de feitos militares ou políticos, nem mesmo de outros fatos, pois a própria noção de fato histórico é posta em discussão, mas como uma espécie de “registro dos afetos”, lendo aí vestígios de sensibilidades ou do cotidiano de agentes anônimos da História. Isso permite escrever o que muitos definem como sendo uma história¹ “pelo avesso” ou uma historiografia antipositivista que se assumiria como narrativa, montada a partir de uma determinada perspectiva individual, situada no tempo e no espaço.

De outro lado, os estudiosos de literatura, depois de um largo período formalista, em que as relações dos textos com seus contextos foram postas entre parênteses, por uma atenção restrita à forma, entendida como estática e autônoma, voltam a interessar-se pela relação da literatura com a História e a historiografia, não apenas situando os textos num contínuo de datas e acontecimentos políticos ou buscando as determinações ideológicas e econômicas destes, mas, de modo mais complexo, atentando para o entrelaçamento das obras literárias com outros discursos, com sistemas de valores, com protocolos de leitura, com horizontes de expectativas de autores e leitores, com o processo histórico e com outros discursos, entre eles o discurso historiográfico, cujas fronteiras com a literatura e com a antropologia frequentemente se confundem.²

¹ Para fins didáticos, entende-se aqui por história a narrativa historiográfica e, por História, o processo histórico, a realidade histórica à qual se refere o discurso do historiador. Já a historiografia nomeia o gênero ao qual pertence esse discurso.

² A discussão sobre as fronteiras da historiografia e suas relações com as outras ciências humanas e com a literatura foi uma constante no encontro da ANPUH de julho/1999 em Florianópolis. “História e Ficção” foi tema de uma mesa-redonda, coordenada por Sandra Pesavento, que aí apresentou o texto intitulado “Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura”. Como participante da mesa, discuti esse texto num comentário intitulado “Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades”. Ambos os textos serão publicados nas *Atas do Congresso* (no prelo). Sobre as fronteiras entre a literatura e a antropologia, leia-se Ligia Chiappini, “Debate das exposições sobre Maíra”, in *Civilização e exclusão, análise das obras de Euclides da Cunha, Lévi-Strauss, Érico Veríssimo e Darcy Ribeiro*, São Paulo, Boitempo (no prelo). Veja-se também: Martin Lienhard, “Etnografia e ficção na América Latina”, in *Literatura e Sociedade*, nº 4, 1999, São Paulo, DTLLC-USP, pp. 103-15.

Hoje se fala e se publica muito sobre literatura e história. Essas duas palavras se associam freqüentemente, com pequenas variações, em títulos de artigos, de livros, de simpósios, ou nomeando projetos de pesquisa e grupos de estudos.³ Trabalhos interessantes, alguns até originais, muitas idéias, algumas até novas, decorrem da atualização desse diálogo, daí resultando uma ampliação dos campos de estudos tanto de estudiosos da literatura quanto de historiadores. Mas também, alguns equívocos, conclusões precipitadas, afirmações que parecem estar continuamente a “reinventar a roda”, cujos autores desconhecem, paradoxalmente, a história dos conceitos, das idéias, das disciplinas.⁴

Um equívoco freqüente de historiadores é, por exemplo, depois de terem descoberto a mediação da linguagem a considerar na narrativa histórica, apoiarem-se na sociolinguística ou na chamada análise do discurso, achando que aí vão encontrar respostas metodológicas para dar conta dos textos literários. Com isso, descuidam da bibliografia propriamente literária (de crítica, teoria literária, mas também de ficção e poesia), lendo romances da mesma forma que discursos programáticos. Por outro lado, os críticos literários, querendo ampliar o cânone ou escapar a ele, querendo sair de leituras demasiadamente presas ao texto, superando o indesejado formalismo de que são freqüentemente acusados, entre outros, pelos historiadores, renegam o seu próprio campo, a sua formação e

o *savoir faire* específico que desenvolveram nos cursos de Letras – lendo e relendo textos literários, refletindo sobre as estratégias linguísticas, os gêneros do discurso e sua historicidade – para improvisar-se em historiadores, antropólogos ou cientistas sociais, limitando-se, muitas vezes, a comentários parciais das obras lidas ou a análises meramente conteudísticas, quando não a uma patrulhagem do politicamente correto.

Minha questão é: se os historiadores podem ampliar o seu campo reconhecendo o nosso e vice-versa, não precisamos deixar de ser especialistas em literatura para dialogar com as outras áreas das humanidades; pelo contrário, para ter algo a lhes oferecer temos que nos tornar cada vez mais competentes no nosso específico ofício de leitores armados dos textos. Só assim poderemos tanto servi-los quanto nos servir dos trabalhos deles.

Reconheço que esse diálogo amplia positivamente os respectivos campos e problematiza as fronteiras da literatura e da historiografia. Mas problematizar não significa dissolver, palavra que muitos estão utilizando de forma um tanto simplista hoje em dia. Se o conceito de literatura não é mais o mesmo do século XIX, porque foi problematizado pela necessidade de ampliar o *corpus* dos estudos da cultura, é preciso, para superá-lo, analisá-lo, passando por dentro dele. Senão se cai na negação superficial que não supera mas contorna o problema de modo simplista e até mesmo condescendente, populista, discriminando quando se quer lutar contra a discriminação. É preciso levar em conta que a própria história do conceito nos impede de ignorar a dimensão intrínseca do fenômeno literário, sua especificidade, sem deixar de lado tampouco as convenções e as determinações histórico-sociais que delimitam o valor estético, sendo este, como queria Mukarovsky, a um só tempo histórico e objetivo. Reformular o *corpus* do que se considera como literatura, num diálogo crescente com a historiografia e com a antropologia,⁵ incorporando uma produção cultural que se realiza nas margens da sociedade burguesa-branca-masculina-cristã e às margens da própria letra, é uma proposta nova e interessante. Mas o que isso quer dizer? Que essa produção das margens também é literatura? Com isso a estamos canonizando com aquela ou no lugar daquela? Com que objetivo dizemos que essa produção é literatura? O melhor não é dizer que, além da literatura, outras manifestações simbólicas, principalmente numa região com a diversidade cultural e étnica da América Latina são de importância extrema, não só porque expressam setores importantíssimos da sociedade, ágrafos ou analfabetos, mas porque até hoje tem mais gente nas margens e isso nos levaria até a re-situar a literatura? E também a re-situá-la diante do universo da margem, bem como aos nossos estudos?

³ Como, por exemplo, o grupo internacional e interdisciplinar denominado CLIOPE, formado por historiadores e estudiosos da literatura, no qual temos desenvolvido um trabalho intenso de leituras cruzadas de textos literários e historiográficos, em seminários que resultaram em várias publicações, entre elas: Ligia Chiappini e Flávio Aguiar (Org.), *Literatura e História na América Latina*, São Paulo, Edusp, 1993; Flávio Aguiar, Sandra Vasconcelos e José Carlos Bom Meihy (Org.), *Gêneros de fronteira*, São Paulo, Xamã, 1997; Sandra Pesavento e Jacques Leenhardt (Org.), *Discurso histórico e narrativa literária*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1998; Sandra Pesavento (Org.), *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*, Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

⁴ Assim, por exemplo, atribui-se a um historiador da moda como Roger Chartier a colocação de uma pergunta que os críticos literários se fazem há muito tempo: por que um texto é lido e avaliado diferentemente, por diferentes leitores de uma mesma época ou de diferentes épocas? E, da autonomia criativa do leitor, que é reconhecida pelo menos desde o impressionismo, depois sistematicamente afirmada pelo estruturalismo tcheco de um Vodikca (em que se baseia, por exemplo, Hans Robert Jauss, embora nem sempre com o devido crédito) ou, mais tarde, por um Umberto Eco (que afirma a abertura relativa da obra literária e a participação do leitor como intérprete ativo e criativo já na década de 1960, mas só hoje vem sendo valorizado e “descoberto” nos Estados Unidos e na Europa). Essa descoberta tardia por parte dos historiadores e de muitos estudiosos da literatura com pouca erudição na história da própria área leva a desconhecer as sutilezas das teorias que postularam a colaboração do leitor e da obra – o que Eco chamou de dialética entre a forma e a abertura e o que podemos chamar de autonomia relativa – para hipostasiar imediatamente essa autonomia como independência e arbítrio, de onde se podem tirar conclusões surpreendentes como esta: “Chartier defende, assim, uma autonomia criativa do leitor e com isto invalida a própria dicotomia entre cultura popular e erudita” (ver *Revista de História*, nº 133, setembro de 1995, USP).

⁵ A esse respeito, veja-se minha discussão das teses de Ana Pizarro e de Martin Lienhard em “Para além da literatura com a literatura”, *Separata de Lusorama*, Atas do Congresso de Lusitanistas Alemães de 1999. Org. de Axel Schönberger (no prelo).

Para equacionar melhor o problema não podemos esquecer que tratar das diferenças de funções e de categorias dos discursos implica levar em conta o pragmatismo popular, a gratuidade burguesa e a função do entretenimento na sociedade manipulada pela mídia; distingui os textos que servem a um lazer produtivo e ativo daqueles que favorecem um lazer alienado, passivo; a literatura que enriquece e desafia a imaginação e a inteligência, dos produtos que as embotam na repetição e na facilidade. Se nos cegarmos na luta contra o cânone, caímos num “vale-tudo” e não distinguimos esses níveis que o próprio mercado e suas agências, entre elas as editoras, distinguem. Só assim estaremos adotando uma postura democrática, aberta ao trabalho do leitor, à sua participação e reflexão; ao alargamento das sensibilidades, do conhecimento e do erotismo.

Atualmente, cada vez mais historiadores, antropólogos, sociólogos e geógrafos parecem ter descoberto de repente que os textos literários têm uma linguagem especial. Que além de subjetivos, de inventivos, de imaginativos, além do trabalho com a fantasia, operam com metáforas, com figuras, com alusões, com símbolos. Desiludidos quanto à capacidade de suas próprias narrativas de nos revelarem a verdade dos fatos e decepcionados com a impossibilidade de as chamadas ciências sociais preverem os rumos do processo histórico, abandonam os conceitos para trabalhar com as metáforas e opõem um pensar poético a um pensar teórico, preferindo um método associativo de pensar a um método contínuo e sistemático.

Por outro lado, no sentido quase inverso, os estudiosos de literatura, embora postulem a mesma vantagem do pensamento analógico, abandonam o rigor dos métodos, seja estrutural seja histórico, defendendo e assumindo um subjetivismo muitas vezes inconseqüente e irresponsável, embora freqüentemente bem-intencionado e aliado a um empenho pragmático (na defesa das minorias, por exemplo). Desse modo, não discutem mais o que seria um ponto central no seu *métier*: o valor estético. Pelo contrário, instrumentalizam conceitualmente as imagens e metáforas, dissolvem as ambigüidades dos textos, fazendo leituras unívocas, pontuais e freqüentemente acusatórias, esquecendo que se o be-a-bá do historiador é contrastar fontes, o be-a-bá do estudioso de literatura é confrontar segmentos uns com os outros, procurando construir sentidos que ultrapassam os significados dos elementos isolados e ganham novas dimensões significativas num todo que – embora não exista pronto e acabado, precedendo a leitura e a interpretação – deve ser procurado e produzido, lido, pelo leitor.

Em vista disso, pergunto: o que ganham os cientistas sociais trocando o pensamento teórico pelo poético? Por que precisam trabalhar com a exclusão? Por que não conservar as duas maneiras de pensar, adequando-as ao objeto que pretendem entender e ao conhecimento que pretendem construir? E, igualmente, por que os estudiosos de literatura precisam abandonar a pergunta pela especificidade do estético,

instrumentalizando a arte como expressão ideológica, de valores extra-estéticos, mesmo que libertários, esquemáticos e limitadores dos vãos da imaginação e da liberdade de fantasiar e inventar?

Não é de hoje tampouco que a arte e a literatura são vistas como formas de conhecimento, como testemunhos sobre fatos e processos históricos, como intérpretes e produtoras de opinião, contraditórias e comprometidas com grupos dominantes ou dominados, com maiorias e minorias sociais, étnicas, culturais. Mas diversos estudos já demonstraram que as obras de alta elaboração estética confrontam e contrastam dialogicamente os valores e, como tal, permitem ao leitor problematizá-los. Desde Marx, leitor dos gregos, passando por Bakhtin, leitor de Dostoiéwski, até os diversos intérpretes das ambigüidades de um Balzac ou de um Borges e chegando a Antonio Candido, intérprete de Basílio da Gama, José de Alencar ou Manuel Antonio de Almeida localizaram nesse trabalho dialógico – que transcende o projeto explícito de seus autores e seu próprio sistema de valores e de seu meio social – a capacidade de durar.

A instrumentalização da literatura hoje se dá seja por parte dos produtores que visam sobretudo à venda,⁶ seja por parte dos leitores que, apressadamente, vinculam as obras às significações parciais e arbitrariamente postuladas, resistindo à sua sedução para muitas vezes empreender uma caça às bruxas, em leituras empobrecedoras. Num tempo de pragmatismo feroz, de culto ao único Deus que sobrou no Ocidente – o dinheiro –, não seria importante salvaguardar o valor estético como o oposto do utilitário, do vendável? Numa época em que reina o utilitarismo, não seria útil defender um espaço para o aparentemente inútil? E, portanto, defender a gratuidade da arte e o seu poder de resistência à domesticação ideológica de direita, de esquerda, de minorias e maiorias ideológicas e mercadológicas?

O diálogo entre historiadores e estudiosos de literatura é produtivo e se insere numa proposta de trabalho com as obras literárias como obras da cultura, tal qual postulava Gramsci. A pluri-, inter- ou transdisciplinaridade no trato das obras de arte, entre elas a literária, tampouco é novidade. Roland Barthes a propunha e praticava. E antes e depois dele, muitos outros, mas pluridisciplinaridade ou, até mesmo, interdisciplinaridade, ao mesmo tempo que supõe superação dos limites das disciplinas para a compreensão mais ampla das manifestações culturais, não significa dissolver competências adquiridas em longos anos de formação específica nem aceitar nenhuma utilização de conceitos e métodos do campo alheio. Se não atentarmos para o risco de perder conquistas de

⁶ Sobre a tendência para o *best-seller* e a dificuldade de publicar boa literatura na América Latina hoje, veja-se “Somos todos migrantes”, entrevista com Martin Lienhard, para Roberto Ventura, in *Literatura e Sociedade*, op. cit., pp. 94-102. E Beatriz Sarlo, “Literatura e valor”, in Ana Luiza Andrade, Maria Lúcia de Barros Camargo e Raúl Antelo (Org.), *Leituras do ciclo*, Chapecó, Ilha de Santa Catarina, Abralic, Grifos, 1999.

cada campo ao tentarmos incorporar conceitos e métodos de outro, caímos em leituras meramente conteudísticas dos textos literários ou meramente analógicas dos textos historiográficos. Ou reduzimos estes a uma narrativa ficcional de qualidade menor.

Dissemos que os historiadores sempre utilizaram a literatura como fonte e procuramos identificar o que diferencia o uso que eles fazem dela hoje. De fato, o que parece ter mudado é o que eles buscam nos textos literários. Se antes buscavam testemunho sobre os fatos – por exemplo, a guerra de Canudos em Euclides –, hoje buscam vestígios de “fatos” menos palpáveis que só se captam pela sensibilidade, intuição ou imaginação, por metáforas mais que por conceitos. Mas se o que eles buscam nos textos mudou, o modo de buscar permanece. Isto é, um modo igualmente pontual e fragmentário.⁷ Há exceções: aqueles historiadores que são leitores sensíveis e costumazes dos textos literários levam mais em conta o todo do qual abstraem seus argumentos e citações, mas de um modo geral isso é feito fragmentária e utilitariamente. O que é legítimo. Se serve à busca do historiador, que seja a literatura mais uma fonte ou inspiração ou impulso ou pista nessa busca. Afinal, o historiador não deixa de ser uma espécie de detetive, nos dias de hoje explicitamente reconhecido como tal.⁸

Mas cabe a nós, estudiosos de literatura, não perder de vista o algo mais que os textos literários encerram, como reconhece um historiador dos mais competentes e sensíveis da chamada “Nova história”: Georges Duby. Ele concebe a literatura como fonte e documento, enquanto expressão de uma representação coletiva de uma época determinada, mas também enquanto *algo mais*, que ultrapassa o documento e a faz anteciper o caráter problemático do real. Para ele, haveria aí o documento e o resto. A literatura seria, assim, uma forma de conhecimento que nos ensinaria a ler o real e não deveríamos ver no discurso literário a manifestação de uma pré-história.⁹

Esse *algo mais* que, no limite, não sabemos definir passa pela mediação radical da subjetividade, pela individualidade da obra literária, apesar ou por causa de sua radical historicidade. Faz parte desse resto misterioso de que nos fala Duby uma certa concepção de verdade que se alcança pela mentira criativa. Ou melhor, não cabe dizer que um ficcionista finge ou mente, embora caiba perguntar, sim, que verdade ele nos traz pelas suas meia-verdades. Já o historiador, não. Narrador vivaz ou não,

assumindo a subjetividade de suas hipóteses ou juízos ou não, seria uma ofensa dizer que ele finge ou que simplesmente inventa, sem procurar provar o que diz com base na investigação histórica, mesmo que essa prova não venha explícita nas citações criteriosas, mas apoiada na fama do erudito que quotidianamente trabalha na biblioteca nacional, como Sandra Pesavento nos diz ter sido o caso de Capistrano de Abreu.¹⁰

Para o historiador não ficaria bem dizer como Fernando Pessoa diz para o poeta: “é um fingidor, finge tão completamente que chega a fingir que é dor a dor que deveras sente”. A literatura, ao contrário, mesmo vista como forma de conhecimento, chega a este através de um, declarado ou não, fingimento, que é mediação necessária e útil à aproximação da verdade como algo mais geral e abstrato, conforme queria Aristóteles. O historiador faz ficção, mas ficção controlada, diz Sandra Pesavento. Pergunto: faz parte do controle não assumir a invenção? Então: ficção controlada é ainda ficção?¹¹

Faço aqui tese minha uma afirmação de Alfredo Bosi:

Onde há intenção histórica, o controle do leitor faz sentido. [...] O outro lado, dentro desse campo teórico, seria o do romancista. [...] Ainda que o quantum de real histórico seja ponderável, o modo de trabalhar que é essencial, é ficcional. Nessa perspectiva, o romancista não mentiria nunca. O romancista não mente nunca, porque efetivamente está mexendo com representações da imaginação que podem ou não ter um conteúdo empírico historicamente atestado. Mesmo que maciçamente seja documentado o fato que ele está contando, o regime do texto no seu conjunto (daí a necessidade de não esquecer o conjunto, digo eu) é de ficção. [...] Ao passo que no registro da memória histórica os desejos são desejos e os fatos, fatos. A imbricação do devaneio com relato propriamente é ficção.¹²

Freqüentemente os historiadores têm ainda uma percepção do texto literário como um discurso enfeitado, como pura retórica, incompatível, portanto, com o discurso científico que foge da retórica em nome da clareza, da precisão e da objetividade. Assim fazendo, eles desconhecem o que há de pesquisa, de trabalho, de esforço de objetivação e de precisão na linguagem dos poetas e dos autores de ficção; mas encontramos também, freqüentemente, críticos literários que vêem a história como uma disciplina que, na escola, lhes ensinava a memorizar nomes, datas, batalhas e heróis. Assim fazendo, estes também desconhecem todo o debate atual sobre o discurso da história, a narratividade e a atenção dos historiadores ao simbólico, bem como a crítica à historiografia positivista, onde esta aparece como uma nova conceitualização do fato histórico que supõe também uma reconsideração das noções de tempo e de espaço.

⁷ Por exemplo, os rastros de definições identitárias mais ou menos explícitas, como no trabalho que Lucia Lippi apresentou no 50 ICA, em julho de 2000, Varsóvia, sobre Nélida Piñon e a identidade dos galegos mineiros (“Os Filhos de Santiago em Terras Brasileiras”, inédito).

⁸ Entre outros, leia-se: Robin W. Winks, *The Historians as Detective*, Harper Torchbooks, New York, Hagerstown, San Francisco, London, s. d.

⁹ Georges Duby, *apud* Ligia Chiappini, “Quelle histoire, quelle littérature pour quel type de regard?”, in Katia Mattoso (Org.), *Littérature/Histoire, regards croisés*, Paris, PUF, 1995, p. 173.

¹⁰ Conforme o texto da ANPUH, acima citado.

¹¹ Aludo aqui à minha discussão com Sandra Pesavento nos textos citados da ANPUH/99. No seu texto, Pesavento afirma que o historiador faz ficção, mas “ficção controlada”.

¹² “As fronteiras da literatura”, in Flávio Aguiar, José Carlos Sebe Bom Meihy e Sandra Guardini T. Vasconcelos (Org.), *Gêneros de fronteira*, São Paulo, Xamã, 1997, pp. 12-13.



Assim, para muitos novos historiadores, compreender algo historicamente é revivê-lo; contar ou descrever o passado é reatualizá-lo, de uma certa maneira, ficcionalizá-lo. Mas é também evidente que esse discurso é, ao mesmo tempo, constitutivo da história e constituído por ela. Quanto aos estudos literários, eles ultrapassam a tese da gratuidade e da autonomia absoluta, concebendo a literatura enquanto constituída pela história e produtora de história. A questão que se coloca não é mais como situar as obras literárias na história, objeto da história literária tradicional, mas como ler a historicidade da literatura na própria forma ou como traçar os elementos comuns a obras de determinados grupos, gêneros ou períodos históricos, sem deixar de dar conta de sua individualidade.

Essa questão era já a dos formalistas russos. Mas, com ela, desde o Círculo de Praga, surge a preocupação retórica que explicaria o “por que se fala” e o “por que se fala assim daquilo de que se fala”. Vemos, portanto, complicar-se a tarefa da história literária, porque é preciso levar em conta a relação da literatura com a história política, social, econômica e cultural, sua relação com a tradição literária e com a literatura do tempo e também a relação do texto com o assunto do qual ele fala e com o público ao qual ele se dirige direta ou indiretamente. O que não se pode reconstituir simplesmente pela leitura do texto, apesar do pudor de toda exterioridade que nos atacou desde o estruturalismo.

Os estudiosos de literatura tornam-se, então, interessados pelas relações entre literatura e história, tanto do ponto de vista do leitor que se dá conta dessas articulações pela leitura quanto do ponto de vista do autor, querendo intervir na História, porque ele faz história, através da literatura. Do seu lado, o crítico refaz o mesmo percurso ao contrário, como uma espécie de detetive que segue pistas, para medir a distância entre o resultado e o projeto, os problemas, os limites e as possibilidades dos dois. Não se trata então simplesmente de ler na forma literária a historicidade da literatura, mas de buscar o modo de compreender a produção dessa mesma historicidade, sem esquecer a historicidade da leitura ela própria e tentando articular o passado e o presente, para evitar seja o anacronismo da projeção de um sobre o outro seja a ilusão de apanhar inteiramente o passado, visitá-lo, revivê-lo, senão enquanto metáfora. Nesse ponto, tenho que concordar com B. Munteano, quando diz:

*En histoire, seule les idées vivent à leur manière. Si bien que loin de ressusciter le passé, l'histoire, tout au contraire, le pétrifie, le cristallise. [...] La vérité ne réside nullement dans les choses, mais dans certains rapports que l'esprit institue entre les choses. Ainsi, les différentes, vérités cartésiennes et autres, sont toutes, sans exceptions, bien qu'à des titres divers, des créations de l'esprit. Située aux antipodes de la vérité, [...] le passé vivant est un non-sens et ne peut s'entendre qu'en tant que métaphore [...]*¹³

¹³ *Constantes Dialectiques en Littérature et en Histoire, recherches, perspectives*, Paris, Didier, S. d., p. 28.

Mas se há uma tendência da historiografia contemporânea a dissolver as fronteiras entre história e ficção, história e literatura, continuando aqueles historiadores que querem desvincular-se das sombras literárias. Para esses, a historiografia se reduz à relação que se estabelece entre o texto e a circunstância. Enquanto, simetricamente, o acento sobre a historicidade por parte dos estudiosos de literatura pós-estruturalistas pode ser muitas vezes uma estratégia para escapar às contingências históricas e para reafirmar a relação entre a arte literária e o absoluto. Supõe-se, assim, uma concepção de historicidade prévia à História (que se reduz à *res gestae*) e constitutiva do ser. Seria sobre essa historicidade prévia que se construiria a História mundial ou que nos faria pertencer à História Mundial. Porque a historicidade supõe temporalidade do ser humano que não seria temporal porque está na História, mas que existiria historicamente porque é temporal. O ser humano escaparia assim à limitação da História como o passado, porque teria a capacidade de constituir uma História, de tomar a si o futuro.

Penso que o problema pode circunscrever-se ao fato de que separa-se aí, um tanto drasticamente, o que é eterno, ontológico, antropológico, essencial – o transcendente –, do que é circunstancial, fenomênico, histórico, acidental – contingente – ou qualquer outro nome que se dê, respectivamente, para tudo o que fica e para tudo o que passa. O problema me parece estar em repor esse dilema entre o ser e o devir, entre Parmênides e Heráclito, quando, depois de Hegel, aprendemos a dialetizar esses extremos. Como não ver hoje em dia o que é transcendente como uma manifestação do que é contingente e particular, materializando por essa via o universal? Isso nos levaria a uma visão menos idealista da literatura e menos empobrecedora da história.

Se opomos a durabilidade da literatura à sua historicidade, arriscamos congelar a História, condenada a uma singularidade de morte, e a literatura, condenada a uma eternidade sem vida. Seria melhor considerar o que dura na História, pelo simples fato de mudar e o que muda na literatura pelo simples fato de durar. Ou, então, poder-se-ia dizer, retomando Walter Benjamin, que a literatura seria “ao mesmo tempo profundamente histórica e transhistórica” e que a historiografia, quando ela mostra o que muda na História, assinala o valor universal da permanência, pois busca antes de mais nada a verdade. Portanto, não precisamos escamotear a História para analisar a obra de arte literária e não precisamos tampouco negar a beleza desta para descobrir sua historicidade. O melhor a fazer é reconhecer a força reveladora da perfeição estética na obra literária, em relação aos grandes momentos da História e, com Peter Gay, a beleza do estilo do historiador, sem medo de negar sua cientificidade.

Peter Gay reconhece que “podemos ler a história da história” como historiografia de muitas maneiras, mas que uma forma produtiva de vê-la é como “um debate inacabado entre os que defendem a beleza com verdade e os que defendem a verdade sem beleza”. Diz ele ainda: “A

narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta”. Poderíamos imitá-lo, no que diz respeito à literatura, e dizer: a narrativa literária que não exprime a verdade é trivial, a expressão da verdade sem invenção não é literatura. Mas, para compreender melhor as relações entre ambas, é necessário “distinguir entre as verdades da ficção e as verdades da história”. Distingui-las não significa, porém, que a história e a literatura não tenham algo em comum, algo que passa pelo reconhecimento da objetividade possível na afirmação mesma da subjetividade, uma vez que para ambas são válidas mais estas palavras de Peter Gay: “A paixão, vista como ameaça mais nociva ao historiador, pode tornar-se um bem precioso. A consciência não é necessariamente uma falsa consciência”. Ou estas, que ele empresta a Gaston Bachelard: “A imaginação é a mãe tanto da história quanto da poesia”.¹⁴

¹⁴ Peter Gay, *O estilo da história*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990, p. 169.